



COMPROMISSOS COM O POVO BRASILEIRO PARA A SOBERANIA ENERGÉTICA
Brasil, agosto de 2018



Por um Projeto Energético Popular

Com soberania, distribuição da riqueza e controle popular

1. A PLATAFORMA

A **Plataforma Operária e Camponesa da Água e Energia (POCAE)** é uma articulação formada pelas organizações que representam trabalhadores e trabalhadoras das áreas de energia e petróleo, envolvendo categorias como petroleiros, eletricitários, engenheiros, operários das obras, atingidos por barragens, camponeses envolvidos de alguma forma com o tema da energia, trabalhadores e trabalhadoras da educação e organizações de juventude/estudantes. Somos parte da **Frente Brasil Popular (FBP)**.

Buscamos construir um campo político de alianças que pense estrategicamente a questão da energia elétrica e a questão do petróleo no Brasil articulado com o tema da educação, saúde e direitos.

A partir do estudo e conhecimento da realidade energética, construímos de forma conjunta pontos de unidade para melhorar a política energética nacional. Esta é a base para um **PROJETO ENERGÉTICO POPULAR**, um projeto com soberania, distribuição da riqueza e controle popular. Chamamos de **COMPROMISSOS COM O POVO BRASILEIRO PARA A SOBERANIA ENERGÉTICA**.

2. A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

É inegável a importância estratégica da energia para um projeto de país soberano. As áreas de energia elétrica e petróleo são locais de enorme geração de riqueza. O Brasil é território com extraordinárias reservas.

Sua importância estratégica, no atual modo de produção, está relacionada à produção de valor nos processos produtivos. No entanto, o capital a utiliza como forma de ampliar a capacidade de trabalho dos trabalhadores/as para aumentar o lucro, a reprodução e acumulação de capital.

Há concordância que a energia é necessária na geração da riqueza, que a cadeia produtiva de energia cria empregos e possibilita o bem-estar das pessoas. Também é evidente que a produção de energia pressupõe fontes para a sua geração e que hoje, nas atuais condições de produção, o petróleo é indispensável e a hidroeletricidade tem sido a tecnologia de “menor custo de produção”; por isso, são motivos da maior disputa. Porém, os setores hegemônicos que controlam a energia omitem para quê e para quem esse modelo tem sido planejado.

Serviços públicos, direitos historicamente conquistados pela luta da classe trabalhadora, foram repassados ao regime de propriedade privada e convertidos em mercadorias. O processo de privatização da energia, ocorrido a partir dos anos 90 pelos governos tucanos, representou um erro.

Empresas estratégicas foram transferidas ao controle das corporações transnacionais, causando grandes problemas ao povo brasileiro, como: redução da soberania energética na indústria de eletricidade e de petróleo; entrega de importantes reservas estratégicas de energia - base de elevada produtividade natural como tem se verificado recentemente nas áreas de pré-sal; aumento da exploração sobre os trabalhadores do setor, consumidores e populações atingidas; a implantação de um sistema institucional, com leis e instituições políticas de Estado capturadas e subordinadas para o atendimento exclusivo dos interesses privados, como tem sido, por exemplo, as agências reguladoras - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Agência Nacional das Águas (ANA).

Até mesmo as estatais, não privatizadas, foram conduzidas a assumir uma gestão estatal empresarial voltada a atender prioritariamente aos acionistas privados que passaram a controlar grande parte de suas ações.

A eficiência e a excelência construída ao longo dos anos pelo esforço público e estatal, em especial no setor elétrico, foram fracionadas, transformadas em vários segmentos de negócios, organizados e comandados com predominância do sistema financeiro internacional. O “sistema de financiamento” e o “sistema de preços” (preço-teto) da energia são os instrumentos principais de sustentação desse modelo, capaz de especular sobre a totalidade da população e sobre os processos produtivos e resgatar as altas taxas de lucratividade do capital no setor.

Decorrentes da elevada produtividade do trabalho dos trabalhadores no interior da matriz de eletricidade brasileira e das elevadas tarifas sobre as residências, os lucros às corporações e acionistas privados são extraordinários, com remessas de lucros (dividendos) que beiram a 100%.

O modelo transformou a eletricidade em sua principal mercadoria, causando grande desequilíbrio econômico e financeiro aos processos produtivos e ao povo brasileiro, representado por 71 milhões de residências, que são obrigados a pagar tarifas a preços internacionais.

O mercado livre de energia (Ambiente de Contratação Livre) tem sido instrumento para impedir a redução das tarifas, fonte de especulação sobre os consumidores cativos -

em especial sobre os consumidores residenciais, pequena e média indústria e pontos comerciais de menor porte - e mecanismo de transferência de riqueza para os grandes conglomerados exportadores de matéria prima de alta densidade energética. O Mercado de Curto Prazo e o Preço de Liquidação das Diferenças formam um grande esquema especulativo impondo tarifas irracionais.

Este sistema institucional vem impondo uma reestruturação do trabalho, causando aumento da taxa de exploração sobre os trabalhadores, impondo demissões, causando fracionamento e redução do valor recebido pela categoria através da terceirização, aumento da jornada, intensificação e precarização do trabalho, vitimando trabalhadores a cada dia.

Os atingidos pelas obras até hoje não possuem uma política nacional de reparação e o que temos percebido é a intensificação da violação de direitos humanos, com redução dos direitos e a criminalização de suas lideranças. A única lei que trata dos direitos dos atingidos é o decreto 3.365 de 1941, que reconhece como atingido apenas o proprietário de terras (com escritura) e estabelece como único direito a indenização em dinheiro.

As condições energéticas do país, em especial da eletricidade e petróleo, poderiam significar grandes vantagens para o desenvolvimento de seu povo e da produção. O Brasil possui uma das condições mais vantajosas mundialmente. No entanto, questões do modelo de mercado que organizam a produção e distribuição da energia elétrica e as mudanças pós-golpe no petróleo se tornaram entraves para o melhor desenvolvimento.

O esforço realizado na renovação das concessões do setor elétrico nacional em 2012, que deu início a um processo mais intenso do governo no controle e redução das tarifas, se transformou no principal foco de ataque dos agentes especuladores do setor elétrico para reposicionar as tarifas aos patamares mais elevados.

As condições vantajosas acabaram sendo neutralizadas pelos ataques especulativos constantes, como temos verificado recentemente no setor elétrico nacional através do Ambiente de Contratação Livre, por meio do Mercado de Curto Prazo/Preços de Liquidação das Diferenças (PLD), que chegaram a cobrar R\$ 822/MWh, 25 vezes mais caro que as empresas federais do sistema Eletrobrás (R\$ 33/MWh), ocasionando grandes aumentos nas contas de luz e prejuízos às residências e aos setores produtivos.

No petróleo, o objetivo inicial era implementar o mesmo modelo do setor elétrico. Porém, o plano de instaurar o modelo de mercado com a privatização total da indústria petroleira do país foi interrompido pela luta dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Os governos Lula e Dilma adotaram medidas importantes para resgatar a soberania nacional sobre o petróleo, com fortalecimento da Petrobrás, com o aumento de suas reservas através da descoberta do pré-sal, com a Petrobrás como operadora única do pré-sal, com a criação da lei de partilha de produção e o ressurgimento da indústria naval com a exigência do conteúdo local, criação do Fundo Social do pré-sal, a destinação dos royalties para educação e saúde, o controle sobre os preços dos combustíveis e gás de cozinha, a capitalização da Petrobrás, a transferência de quatro áreas do pré-sal para Petrobrás sem licitação (com base no Artigo 12 da Lei 12.351 de 2010), a construção de refinarias e plataformas em território brasileiro.

Em resumo, sinalizava-se para um controle maior do Estado sobre a indústria de petróleo do Brasil e sobre os preços da eletricidade. Isso desencadeou forte reação do capital internacional, em especial de empresas petrolíferas e elétricas do imperialismo.

O Golpe: saqueio e pilhagem da energia do Brasil

Após o golpe de 2016, a situação energética do país vem piorando muito. Verifica-se um processo saqueio e pilhagem internacional.

A estratégia do imperialismo representado por seus aliados golpistas é a privatização completa da energia elétrica e do petróleo brasileiro. A prioridade é o atendimento aos setores rentistas e acesso aos lucros extraordinários pelo capital.

As consequências são demissões em massa e a explosão nas tarifas, elevando os preços dos combustíveis, gás de cozinha e energia elétrica aos mais altos do mundo.

Todos os avanços na indústria do petróleo estão em plena destruição. A Petrobrás está em processo de fracionamento e privatização, deixando de ser uma empresa integrada, reduzindo-a a uma empresa de produção e exportação de petróleo cru. O pré-sal está sendo transferido ao controle das petroleiras estrangeiras estatais e privadas. A política de conteúdo local foi desmontada.

Há um processo de destruição da soberania, da ciência e tecnologia e de todas as iniciativas de industrialização da energia, assim como a privatização de tudo que é público, para ser implementado o modelo de mercado através da liberalização dos preços a patamares internacionais.

No setor elétrico, estão prestes a privatizar usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, subestações e várias distribuidoras de energia elétrica que pertencem à Eletrobrás.

O plano é a privatização total de todas as empresas estatais federais e estaduais – Sistema Petrobrás, sistema Eletrobrás, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Companhia Paranaense de Energia (Copel), a Companhia Energética de São Paulo (Cesp), as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), a Companhia Energética de Brasília (Ceb) etc. O plano é privatizar até a Itaipu Binacional que terá sua concessão finalizada em 2023.

A Eletrobrás é uma empresa que pertence ao governo. É dona de 100% de 16 empresas: Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Furnas, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear, Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), Eletrobras participações (Eletropar), Amazonas GT, Amazonas D, Centrais Elétricas de Rondônia (CERON), Companhia de Energia do Piauí (CEPISA), Companhia Energética de Alagoas (CEAL), Eletroacre, Boa Vista. O patrimônio da Eletrobrás inclui 233 usinas (47 hidrelétricas), cerca de 70.000 Km de linhas de transmissão, 271 subestações e 4,3 milhões de consumidores na distribuição, especialmente na Amazônia brasileira. Sua privatização causará novos aumentos nas tarifas de energia elétrica, fazendo a população brasileira pagar a conta por 30 anos. As usinas que pertencem à Eletrobrás vendem a energia mais barata do Brasil. A maioria das suas hidrelétricas são amortizadas e estão vendendo a energia produzida por R\$ 76,00/1.000 kWh. Após a privatização, o governo pretende autorizar que estas usinas passem cobrar quatro vezes mais caro, ou seja, acima de R\$ 250,00/1.000 kWh, em contratos de 30 anos de duração. Tudo será repassado em novos aumentos.

Os altos preços da energia, gás de cozinha e combustíveis estão fora da realidade brasileira, que possui um dos menores custos de produção desses energéticos. Essa situação está inviabilizando qualquer política de industrialização e fazendo o povo pagar a conta.

Enfim, não há a menor possibilidade de um projeto de desenvolvimento sem o reestabelecimento da plena soberania na indústria de eletricidade e do petróleo brasileiro.

3. IDEIAS CENTRAIS PARA UMA POLÍTICA ENERGÉTICA COM SOBERANIA, DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA E CONTROLE POPULAR

O problema central na energia é a política energética. O Brasil possui uma das melhores condições energéticas mundiais, no entanto, para que possa servir às necessidades do povo brasileiro, é necessário realizar mudanças profundas na política energética. É necessário superar o debate restrito de matriz, apesar de sua importância. Isso pressupõe garantir plena soberania energética. É necessário incidir decisivamente no planejamento, na organização e controle da produção e distribuição da energia, na distribuição da riqueza gerada e no controle sobre as reservas estratégicas de energia que possuem base de elevada produtividade natural.

Para um projeto energético popular é questão central o exercício pleno da soberania sobre a energia elétrica e sobre o petróleo brasileiro. A política energética popular deve ser orientada centralmente para:

1. Que qualquer estratégia de um programa de futuro passe pelo **controle integral sobre a base natural (água, pré-sal,...) e sobre os meios de produção da indústria de eletricidade e da indústria de petróleo brasileiro, com retomada do controle estatal sobre a energia**, com transformações profundas nas estruturas e instâncias institucionais no Estado Brasileiro para ampliação da democracia, participação e controle popular nas decisões da política energética nacional.
2. Que em toda a cadeia industrial destes ramos seja garantido o controle pleno e **destino social dos resultados da produção, ou excedente produzido**, para buscar alto grau de desenvolvimento humano, articulado com a melhor política de valorização e garantia dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e das populações atingidas.
3. Que se realize **mudanças políticas e institucionais de Estado profundas para superar o modelo de mercado** no setor elétrico e no petróleo e permitir a construção da melhor organização da indústria de energia, inclusive com a melhor **política de industrialização em território nacional**.
4. Que se adote a **economia da energia** como contraponto à lógica do consumo exacerbado.
5. Que através da pedagogia do exemplo de nossas categorias e de nosso país, se fortaleça a prática do **internacionalismo e solidariedade entre os povos**.
6. Que se construa um elevado grau de conhecimento, organização, consciência política e mobilização para garantir ampla e plena **participação e controle popular** na política energética nacional.

4. PROPOSTAS IMEDIATAS PARA MELHORAR A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

1. Ampliar a democracia, a participação e o controle popular nas decisões sobre a política energética nacional

- a. ***Ampliar a participação dos trabalhadores e trabalhadoras na política energética nacional***, em especial no planejamento e na organização da produção e distribuição da energia (da riqueza produzida) e nas instituições políticas de Estado que cumprem papel importante, como o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), empresas estatais, agências reguladoras, Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), entre outros.
- b. ***Promover ampla participação e debate com o povo brasileiro*** para tomada de decisões sobre as grandes questões energéticas do país, com mecanismos de plebiscito popular, referendo popular, conferências populares, audiências públicas adequadas, seminários, programas, entre outros.

2. Realizar mudanças para superar o modelo energético de mercado

- a. ***Realizar mudanças nas atuais instituições políticas de Estado e leis (a começar pelas agências reguladoras)*** que organizam, regulam e reproduzem as cadeias industriais energéticas superando o modelo de mercado com o objetivo de garantir e atender os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras. Nas agências reguladoras, garantir um modelo público de regulação, com mecanismos de participação e decisão popular eficientes em todos processos sobre os serviços públicos.
- b. ***Ampliar o controle do Estado sobre os preços da energia elétrica, gás de cozinha, combustíveis, água e esgoto na busca pela redução dos altos preços:*** ampliar cada vez mais a participação do Estado no controle dos preços da energia - levando em consideração o custo de produção real do sistema elétrico - e dos combustíveis, em especial o gás de cozinha e o diesel, através de mecanismos legais e/ou administrativos.
- c. ***Fim do ambiente de contratação livre no setor elétrico, a começar pelo fim da atual política do PLD (preço de liquidação das diferenças)***, principal fonte de especulação sobre os consumidores cativos, instrumento para impedir a redução das tarifas e mecanismo de transferência de riqueza para os grandes conglomerados internacionais exportadores de produtos de alta densidade energética. É preciso levar em consideração o custo real de produção de cada fonte.
- d. ***Ampliar o controle da Petrobrás sobre o preço dos combustíveis e do gás de cozinha, para sua redução, combinada com o aumento da carga processada no refino*** - é preciso acabar com a atual política de reajustes dos derivados de petróleo, com o fim da paridade internacional dos preços e reajustes diários que vêm ocorrendo. Além disso, é preciso retomar a produção interna de derivados, aumentando as cargas nas refinarias da Petrobrás e reduzindo as importações.

- e. ***Estabelecer um Plano Quadrienal de desenvolvimento energético coordenado por um comitê interministerial com participação social e a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST)*** que: a) Garanta a segurança e autossuficiência energética com a progressiva diversificação da sua matriz no médio e longo prazo; b) Associe o desenvolvimento da exploração e produção de petróleo e gás natural com outras fontes de energia e; c) Apoie o desenvolvimento de novas cadeias produtivas e instituições de inovação; d) Assegure que a exploração e produção de petróleo e gás natural estejam condicionadas às metas expostas nos Planos Quadrienais e à capacidade da indústria nacional para o fornecimento de bens e serviços por fixação de conteúdo local.
- f. ***Retomar os investimentos da Petrobrás como uma empresa integrada***, além de reforçar sua atuação em outras fontes de energia alternativa, contemplando: a) A atuação em todas as atividades de Exploração e Produção (E&P), inclusive a perfuração; b) A recuperação da produção nos campos terrestres; c) A finalização da construção das refinarias e aumento da sua participação no segmento de distribuição; d) O protagonismo da Petrobras no desenvolvimento do pré-sal; e) O desenvolvimento dos renováveis e das áreas de gás e energia.
- g. ***Que a totalidade da contratação de energia seja através do ambiente de contratação regulado***, levando em consideração o custo de produção real do sistema elétrico brasileiro.
- h. ***Fim da política de “preço-teto”*** como mecanismo para a garantia da eletricidade como commodity. Em substituição, adotar uma política de preço baseada no custo real de produção da energia do Brasil.
- i. ***Garantia de 100% de contratação da energia elétrica para as distribuidoras.***
- j. ***Fim das “comercializadoras” de energia elétrica***, instrumentos da especulação que atuam como paraísos fiscais, retomando o controle total do Estado.
- k. ***Garantir o Operador Nacional do Sistema (ONS) sob controle total do Estado***, que pelo seu caráter estratégico e importância nacional, deve ser transformado numa empresa pública. Assim também deve ser retomado o controle pleno do Estado sobre a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

3. Fortalecer as empresas estatais com caráter público

- a. ***Reaver o privatizado e cobrar indenização por receptação de patrimônio público.*** Revogar todas as medidas do governo golpista que privatizou empresas, entregou reservas estratégicas, transferiu riqueza e patrimônio público aos grupos empresariais estrangeiros estatais e privados no setor elétrico e petróleo. Além de reaver todo patrimônio transferido ao capital, responsabilizar os que promoveram a pilhagem e cobrar indenização pela receptação de patrimônio público de todos envolvidos no saqueio.
- b. ***Participação maior do Estado no controle das estatais e da energia:*** política de fortalecimento e participação cada vez maior do estado no controle das estatais e das reservas energéticas, como instrumento principal para o desenvolvimento da indústria de petróleo e eletricidade, com adequada transparência e prestação de contas ao povo brasileiro.

- c. ***Defender e consolidar o modelo de partilha*** - como principal modelo de produção a ser adotado em toda exploração de petróleo, com a Petrobrás como operadora única no pré-sal - ***e avançar para o objetivo maior***, assegurando o monopólio estatal sobre a energia com fim das concessões. Sobre o petróleo e gás, garantir o monopólio por meio da Petrobrás 100% pública e que os excedentes das atividades tenham destinação social para resolver os grandes problemas do povo brasileiro.
- d. ***A Petrobrás, Eletrobrás e demais estatais sem venda de capital, privatização ou fatiamento***. Como empresas estatais de caráter público, indutoras do desenvolvimento com soberania nacional, combate as desigualdades regionais, valorização do trabalho e ampliação do conhecimento tecnológico acumulado.
- e. ***Fortalecer as empresas do sistema Eletrobrás*** como principal empresa de desenvolvimento da política energética nacional no setor elétrico. E fortalecer as distribuidoras estatais, sem privatização.
- f. ***Estatização das usinas amortizadas e com concessões vencendo***, garantindo 100% controle estatal e destino social dessa energia de baixo custo, com preservação (e ampliação) integral dos ganhos e dos empregos dos trabalhadores.
- g. ***Participação majoritária das empresas estatais*** nos consórcios de energia.
- h. ***Garantir o controle da pesquisa e conhecimento das estatais*** sob controle do Estado, sem privatização.

4. Pela energia para educação, saúde, emprego e direitos

- a. **Garantir um intenso debate nacional de esclarecimento da população brasileira** sobre a questão energética nacional com ênfase na questão do petróleo (pré-sal) para a educação, saúde, empregos e direitos.
- b. **Garantir o uso dos recursos da energia (royalties e fundo social) para uma educação gratuita, universal e de qualidade**. Para que toda a riqueza produzida com o petróleo, principalmente com o pré-sal, e nas usinas hidrelétricas sejam destinados para investimento em educação e saúde pública, direitos e geração de postos de trabalho para o povo brasileiro.
- c. **Revogar a Emenda Constitucional 95 para garantir os 10% do PIB para Educação**.

5. Melhorar as condições de trabalho e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras

- a. ***Respeito e valorização dos trabalhadores e trabalhadoras*** do setor energético e da construção das obras, oferecendo melhores condições de trabalho e ganho da categoria, com ampliação dos direitos e conquistas.
- b. ***Fim da terceirização e precarização das condições de trabalho*** e a responsabilização integral das empresas que adotam tais procedimentos, com garantia à igualdade de direitos para os trabalhadores que se encontrarem terceirizados e equiparação às melhores condições existentes no setor.

- c. **Desenvolver uma política adequada de saúde e segurança dos trabalhadores/as** com capacitação, prevenção de acidentes, fiscalização, aprimoramento da legislação e instrumentos normativos e pronta-resposta em caso de acidente.
- d. **Rever a metodologia de reajuste e revisão tarifária** adotada pela ANEEL que tem como fundamento a precarização do trabalho.
- e. **Eliminar o conteúdo do parágrafo 1º do artigo 25 da lei 8.987/95**, que trata da contratação de serviços terceirizados pelas concessionárias.
- f. Promover a negociação com as entidades sindicais através da **Mesa Nacional do Setor do Petróleo**, com foco nas condições de segurança, efetivo e a representação sindical.
- g. **Garantir direitos iguais aos trabalhadores/as das áreas de engenharia**, com valorização e contratação dos profissionais nacionais, aproveitamento na formulação de políticas públicas, abertura de postos de trabalho em concursos nas instituições de Estado (federais, estaduais e municipais), com políticas de industrialização em território nacional, garantindo prioridade no aproveitamento técnico e científico destes profissionais.

6. Garantir os direitos das populações atingidas

- a. Respeito e garantia dos direitos das populações atingidas por empreendimentos energéticos, com a instituição da **Política Nacional de Direitos dos Atingidos por Barragens (PNAB)**, garantindo sua aplicação integral.
- b. Implantação de **Planos de Recuperação e Desenvolvimento das Comunidades e Municípios Atingidos pelas Usinas e Barragens** com destino e uso prioritário das compensações financeiras.

7. Desenvolver a industrialização de toda cadeia energética em território nacional

- a. **Retomar a política de conteúdo local como parte integrante de uma política nacional de industrialização**, com adequada fiscalização e aplicação integral, para que a indústria de petróleo se fortaleça como vetor de desenvolvimento regional através do desenvolvimento da indústria naval, para produção de embarcações, sondas, plataformas e todo fornecimento de máquinas e equipamentos, e que as medidas sejam estendidas ao setor elétrico nacional.
- b. **Perseguir e avançar para plena soberania tecnológica** e no desenvolvimento das forças produtivas, via Petrobrás, Estatais e Centros de Pesquisas das universidades públicas, para superar a lógica desigual da exportação de produtos de alta densidade energética e importação de produtos de alta densidade tecnológica.
- c. **Pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico**: aumentar o conhecimento do potencial petrolífero brasileiro, quantificando e qualificando as diversas bacias sedimentares e seu potencial exploratório de forma precisa, com pesquisas, estudos, inventários e avaliações adequadas.
- d. **Garantir a continuidade de investimentos públicos** e o financiamento para programas especiais nas áreas com menor volume de produção e extração de

petróleo, sobretudo *em campos terrestres no Nordeste*, como ferramenta para desenvolvimento e superação das desigualdades e geração de empregos.

8. Garantir financiamento público, transparência e controle social do BNDES

- a. **Financiamento do BNDES para as empresas estatais.** Que o BNDES retome o financiamento das empresas públicas de forma irrestrita, adotando critérios rígidos de contrapartida para garantir os direitos e o melhor tratamento relacionado aos impactos sociais, ambientais e trabalhistas em todos os projetos financiados.
- b. **Garantir a transparência e o acesso irrestrito ao conjunto das informações** das instituições públicas de financiamento, com ampliação da participação e o controle social.

9. Respeito ao meio ambiente e minimização dos impactos sociais e ambientais

- a. **Realização de todas as ações prévias aos investimentos**, para evitar, prevenir e minimizar ao máximo os impactos sociais e ambientais dos empreendimentos.
- b. **Realização de consultas** com moradores das áreas ameaçadas por empreendimentos bem como outros setores da sociedade para a construção da melhor política de intervenção nas obras previstas.
- c. **Estimulo à participação da população local no planejamento**, execução e fiscalização das obras e atividades sociais e ambientais necessárias nos empreendimentos, estimulando que as pessoas decidam e reorganizem o seu ambiente de vida.
- d. **Amplio programa de educação ambiental visando a maior conscientização** da população quanto ao uso racional da energia e seus derivados, bem como socializando e incentivando as boas práticas já comprovadas de preservação ambiental.
- e. **Incentivar a realização de galerias subterrâneas** para a condução do gás, energia, água e telecomunicações, retirando gradualmente das ruas o emaranhado de fios e postes que hoje poluem visualmente as cidades, além de serem potenciais causadores de acidentes.

10. Garantir que a água seja um direito, não uma mercadoria

- a. **A água deve ser reconhecida e tratada como um direito e não mercadoria.** Somos contrários às diversas estratégias presentes e futuras de privatização e apropriação privada sobre a água, e defendemos seu caráter público, comunitário e popular.
- b. **A água é do povo e por ele deve ser controlada, preservada e gerida** para as necessidades da vida.
- c. **Garantir uma política nacional de saneamento básico de caráter público e integrado entre os diversos níveis e instituições de Estado**, visando garantir a universalização e qualidade dos serviços ao povo brasileiro no abastecimento de água, esgotamento e tratamento sanitário, manejo de águas pluviais e de resíduos sólidos.

- d. **Garantir a retomada do investimento público em saneamento**, assegurado recursos públicos contínuos suficientes e estáveis à política de saneamento básico. Retomar de forma imediata as linhas de financiamento às empresas estatais, sobretudo aquelas do Orçamento Geral da União.
- e. **Rechaçar o marco legal previsto pela Medida Provisória nº 844/2018** encaminhada pelo atual governo federal ao Congresso, que provocará enormes retrocessos se implementada. Estas medidas são parte da estratégia do neoliberalismo, que busca impor o princípio da água como “valor econômico”, para estabelecer o controle privado da água, baseando-se em recomendações de organismos internacionais (Banco Mundial, ONU). Exemplos de documentos são: “A Declaração de Dublin sobre a Água e Desenvolvimento Sustentável” (1992), o relatório da OCDE “Cobrança pelo uso dos recursos hídricos no Brasil: caminhos a seguir” (2017), o relatório do IBGE e ANA “Contas Econômicas Ambientais da Água no Brasil” (2018), e o relatório da Confederação Nacional da Indústria (CNI) “Oportunidades para a privatização da infraestrutura: o que fazer, como fazer” (2017).
- f. **Combater todas as iniciativas que estabelecem o “mercado de águas”** através do controle político e econômico pelo capital sobre as nascentes, rios, reservatórios, aquíferos e saneamento. Essas medidas estão em curso por meio das recentes reformas do setor elétrico (separação de lastro de energia) e no projeto de lei de Tasso Jereissati que introduz o mercado de água.

11. Adotar medidas de grande alcance popular e economia de energia

- a. **Propor medidas de caráter popular para o gás de cozinha e tarifas de energia elétrica**, que atinjam porções significativas da sociedade, principalmente através de políticas de controle e redução de tarifas.
- b. **Desenvolver uma campanha nacional para incentivar a economia de energia**, oferecendo à população benefícios através da redução de tarifas, programas de aquecimento solar de água, capacitação, etc.
- c. **Universalizar o acesso gratuito à banda larga via rede elétrica**. Acesso gratuito de sinal de internet e telefone para toda população como política pública, através da utilização da fibra ótica das linhas de transmissão de energia, possibilitando a transmissão de dados e informações via rede.
- d. **Avançar na pesquisa e ampliação de fontes de energia mais limpa** e em medidas de economia, uso racional e redução gradativa do uso das fontes mais poluidoras, visando adequada sustentabilidade ambiental.

12. Pela integração energética solidária da América Latina

- a. **Desenvolver a integração energética solidária** com respeito à autodeterminação dos povos, em especial dos processos produtivos, organizativos e das lutas populares na busca no mais alto grau de desenvolvimento humano.

13. Fortalecer a soberania alimentar e a produção de alimentos saudáveis pelo campesinato

- a. ***Desenvolver e fortalecer a soberania e a indústria estatal de produção de fertilizantes***, com prioridade para a soberania alimentar e a produção de insumos demandados pelo campesinato na produção de alimentos saudáveis.
- b. ***Exercer a soberania nacional sobre as terras*** e bens naturais garantindo prioridade da produção de alimentos saudáveis sobre os processos de produção de agroenergia.
- c. ***Incentivos para o fortalecimento do campesinato e a produção de alimentos saudáveis*** através de programas de autonomia energética e adequados incentivos como redução de tarifas, política social de oferta de combustíveis e fertilizantes naturais.

Plataforma Operária e Camponesa de Água e Energia

FUP - Federação Única dos Petroleiros (Sindipetro AM; Sindipetro CE/PI; Sindipetro RN; Sindipetro PE; Químicos e Petroleiros da BA; Sindipetro MG; Sindipetro ES; Sindipetro Caxias; Sindipetro NF; Sindipetro Unificado SP; Sindipetro PR/SC; Sindipetro RS); CNU - Confederação Nacional dos Urbanitários - FNU - Federação Nacional dos Urbanitários; FRUNE - Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste; FTUN - Federação dos Trabalhadores Interestadual Urbanitários do Norte; FSU - Federação Regional dos Urbanitários do Sul; Federação Regional dos Urbanitários Centro-Oeste; Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo (FTIUESP), Intercel, Intersul, Sindieletro-MG, STIU-DF, Sinergia CUT, SINDUR-RO, FISENGE - Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros;, Senge PR; Senge RJ; Movimento Camponês Popular (MCP); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Levante Popular da Juventude (LPJ) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Foto: Joka Madruga